Jornal O DIA SP

São Paulo, quinta-feira, 30 de abril de 2015

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social Arujá

CNPJ nº 06.518.267/0012-38

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em Reais)

Ativo	Notas	2014	2013
Ativo Circulante			
Bancos - Contas Movimento	4	26,50	54,98
Bancos - Aplicações Financeiras	5	648.996,71	1.913.440,16
Aplicações Financeiras	6	66.163,87	43.385,51
Adiantamentos para Despesas		342,25	1.052,02
Depósitos Recursais		973,90	973,90
Créditos com Contrato de Gestão	7	1.791.101,91	76.103,93
Outros Créditos		5.000,00	5.000,00
		2.512.604,24	**2.040.008,67**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	46.287,35	36.654,98
		46.287,35	**36.654,98**
Total do Ativo		**2.558.891,78**	**2.076.669,55**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2014	2013
Passivo Circulante			
Fornecedores		367.681,03	204.624,63
Obrigações Trabalhistas	9	317.614,93	326.458,62
Obrigações Sociais e Fiscais	10	167.635,46	161.078,33
Contas a Pagar		9.890,29	
Provisões para Férias e Encargos		503.140,50	421.782,13
		1.365.962,21	**1.097.943,71**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		942.062,16	761.944,25
Superavit do Exercício		223.981,42	198.628,81
Reserva de Capital -			
Reserva de Gestão Pública	3.b	48.287,55	36.654,98
Transferências Patrimoniais		(21.401,58)	(18.510,80)
		1.192.929,55	**978.716,84**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.558.891,76**	**2.076.660,55**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Capital	Reserva de Patrimoniais	Transferências Patrimônio	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2013	**775.663,47**	**26.173,92**	**(13.719,22)**	**788.118,17**
Incorporação ao Superávit do Exercício Anterior	775.663,47	(775.663,47)			
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(13.719,22)		13.719,22		
Receitas destinadas à aquisição de Bens		14.972,93		14.972,93
Depreciação do Exercício		(4.492,17)		(4.492,17)
Transferências Patrimoniais		(18.510,90)		(18.510,90)
Superávit do Exercício	198.628,81			198.628,81
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**761.944,25**	**36.654,98**	**(18.510,90)**	**978.716,84**
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	198.628,81	(198.628,81)		
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(18.510,90)		18.510,90	
Receitas destinadas à aquisição de Bens		18.268,74		18.268,74
Depreciação do Exercício		(6.635,87)		(6.635,87)
Transferências Patrimoniais			(21.401,58)	(21.401,58)
Superávit do Exercício	223.981,42			223.981,42
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**942.062,16**	**223.981,42**	**(21.401,58)**	**1.192.929,55**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em Reais)

	Notas	2014	2013
Receitas Líquidas		**20.745.392,89**	**18.524.814,55**
Contrato de Gestão	11	20.763.651,99	18.539.787,48
Receitas destinadas à aquisição de Imobilizado.	3.f	(18.268,74)	(14.972,93)
Custos		**(20.077.568,38)**	**(17.900.057,73)**
Pessoal e Reflexo	13	(6.637.914,72)	(6.021.760,77)
Serviços Terceirizados	14	(11.257.215,70)	(9.213.038,36)
Medicamentos e Materiais de Consumo	15	(2.182.728,96)	(1.593.116,58)
Custo da CPP (Contribuição Previdenciária Patronal)	19	(1.402.036,93)	(1.493.442,64)
(-) Isenção da CPP Usufruída	19	1.402.036,93	1.493.442,64
(=) Resultado Bruto		**667.824,51**	**624.756,82**
Despesas		**(548.974,31)**	**(469.462,43)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(29,11)	(136,75)
Despesas Gerais	16	(548.945,20)	(469.325,68)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**7,73**	
Outras Receitas		7,73	
(=) Resultado Antes das Receitas/Despesas Financeiras		**118.855,89**	**155.294,39**
Resultado Financeiro	12	**105.425,53**	**43.334,42**
Receitas Financeiras		110.975,53	52.038,44
(-) Despesas Financeiras		(5.550,32)	(8.704,02)
Superávit do Exercício		**223.981,42**	**198.628,81**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (em Reais)

	2014	2013
Atividades Operacionais	**2014**	**2013**
Superávit do Exercício	223.981,42	198.628,81
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores		2.712,00
Adiantamentos a Empregados	(22.780,36)	(43.383,51)
Adiantamentos para Despesas	709,77	(677,88)
Créditos com Contrato de Gestão	(1.714.998,62)	(76.103,33)
Outros Créditos		
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	163.056,40	(90.848,80)
Obrigações Trabalhistas	(8.843,69)	(16.266,40)
Obrigações Sociais e Fiscais	22.557,13	10.004,62
Provisões para Férias e Encargos	81.358,37	139.362,26
Outras Obrigações	9.890,29	(94.756,77)
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**(1.245.070,29)**	**98.640,95**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado pertencente a Gestão Pública	18.268,74	14.972,93
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	**18.268,74**	**14.972,93**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(18.268,74)	(14.972,93)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(21.401,58)	(18.510,90)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**(39.670,32)**	**(33.483,83)**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(1.266.471,87)**	**80.130,06**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.913.495,08	1.833.365,02
Disponibilidades no Final do Exercício	647.023,21	1.913.495,08
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(1.266.471,87)**	**80.130,06**

1. Contexto Operacional:

O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter beneficente, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Cajamar do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, inscrita no Cadastro Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por meio mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/96-10, deferindo de Utilidade Pública Federal pelo Diretório Federal sob nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.579/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipalidade Assistência Social) de nº 6462/2003, inscrita no Cadastro Municipal de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-63, e Organização Social de Saúde com Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Ribeirão Pires. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Arujá** o Contrato de Gestão nº 2/ 2/2012, celebrado em 24 de abril de 2012, Processo nº 156.197/2012, Portaria nº 117.23/2012, visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Maternidade Dalila Ferreira Barbosa, em conjunto com o Pronto Atendimento Municipal de Arujá e o Pronto Atendimento Municipal do Parque Rodrigo Barreto. **2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às entidades, especialmente Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades lucrativas, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os ativos e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os ativos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e quando correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "reservas patrimoniais - gestão pública" e nela mantidos por ocasião de bens reversíveis, vinculados à prestação de serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão retornar ao poder concedente quando do término do contrato e nos casos previstos em instrumento contratual. • **Custos subsequentes:** o custo incluído gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e quando correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "reservas patrimoniais - gestão pública" e nela mantidos por ocasião de bens reversíveis, vinculados à prestação de serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão retornar ao poder concedente quando do término do contrato e nos casos previstos em instrumento contratual. • **Depreciação:** a depreciação é reconhecida normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando do bens de gestão pública, a contabilidade em contrapartida do patrimônio líquido, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil econômica dos itens revisada pela Entidade. A Administração entende a adequação da vida útil dos ativos e alterações pela Entidade vantajosa, mantendo as taxas definidas no início do exercício. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.c) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha sofrido perda no seu valor recuperável. Um ativo com perda incorrida no valor recuperável se uma ou mais eventos que um ou mais eventos de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.d) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um desembolso econômico para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.e) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados exclusivamente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgados na Nota Explicativa nº 1. **3.f) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, ajustado pelo valor de pessoais físicos e/ou entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas no contrato de gestão, denominado (-) Receitas destinadas à aquisição de imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizados pertencentes a gestão pública" e nela mantidos por ocasião de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão retornar ao poder concedente quando do término do contrato e nos casos previstos em instrumento contratual. **3.g) Despesas:** As despesas da Entidade são compostas pelas despesas administrativas, de pessoal e encargos sociais, de serviços de terceiros, de materiais e medicamentos, de custo da CPP (Contribuição Previdenciária Patronal) e despesas financeiras. **3.h) Isenção previdenciária usufruída:** para fins de isenção previdenciária usufruída, a Entidade atende os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPARNET nº 23000.015009/2010-25. **3.i) Isenção Previdenciária (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade é isenta do IRPJ e da CSLL, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, **PIS:** por ser uma entidade sem fins lucrativos, está isenta em relação aos valores devidos a título de PIS sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para fins de isenção previdenciária usufruída, a Entidade atende os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPARNET nº 23000.015009/2010-25. **3.j) Benefícios a empregados (Remuneração Pessoal):** Os benefícios a empregados são reconhecidos em resultado quando incorridos, independentemente de quando serão pagos. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar em troca de serviços prestados pelos empregados em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um desembolso econômico para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.m) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados exclusivamente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgados na Nota Explicativa nº 1. **3.n) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, ajustado pelo valor de pessoais físicos e/ou entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas no contrato de gestão, denominado (-) Receitas destinadas à aquisição de imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizados pertencentes a gestão pública" e nela mantidos por ocasião de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão retornar ao poder concedente quando do término do contrato e nos casos previstos em instrumento contratual. **3.o) Resultado financeiro:** as receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência da exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

4. Bancos - Contas Movimento	2014	2013
Banco Santander(Brasil) S.A.-Conta nº3121-6	10,00	6,00
Banco Santander(Brasil) S.A.-Conta nº3561-2	16,50	48,98
	26,50	**54,98**

5. Bancos - Aplicações Financeiras	2014	2013
Banco Santander(Brasil) S.A.-Conta nº3121-6	646.996,71	1.913.440,16
	646.996,71	**1.913.440,16**

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do(s) exercício(s) aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.e. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar da isenção de tributos federais, e as operações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Aplicações Financeiras	2014	2013
Adiantamento de Férias	66.163,87	43.385,51
	66.163,87	**43.385,51**

7. Créditos com Contratos de Gestão	2014	2013
Contrato de Gestão nº 2385/2012	1.791.101,91	76.103,93
	1.791.101,95	**76.103,33**

8. Imobilizado			
Imobilizado de Gestão Pública	**Taxa**	**2014**	**2013**
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	8.925,96	5.425,96
Equipamentos de Uso Médico	10%	6.275,70	6.275,70
Equipamentos de Informática	20%	10.417,22	8.873,63
Máquinas e Equipamentos	10%	2.669,51	2.669,51
Móveis e Utensílios	10%	30.889,45	21.150,30
(-) Depreciação Acumulada		(12.891,39)	(6.245,52)
		46.287,35	**36.654,98**

Conforme precedimento no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura municipal de Arujá, os bens adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal. **9. Obrigações Trabalhistas**

	2014	2013
Salários a Pagar	317.614,93	326.458,62
	317.614,93	**326.458,62**

10. Obrigações Sociais e Fiscais	2014	2013
INSS a Recolher	29.664,01	6.530,86
FGTS a Recolher	49.527,13	51.897,62
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	10.437,50	2.875,05
PIS sobre Folha de Pagamento a Recolher	8.007,56	8.125,12
IRRF a Recolher	50.813,08	69.288,12
CSRF a Recolher	3.255,00	1.609,80
INSS Retido na PJ a Recolher	15.829,38	15.099,38
ISS Retido na Fonte a Recolher	5.101,56	1.552,46
	167.635,46	**145.078,41**

11. Receitas com Contrato de Gestão	2014	2013
Contrato de Gestão nº 2385/2012	20.763.651,99	18.539.787,48
	20.763.651,99	**18.539.787,48**

12. Receitas e Despesas Financeiras	2014	2013
Rendimentos de Aplicações Financeiras	103.383,64	50.790,27
Descontos Obtidos	7.592,21	1.288,17
(-) Despesas Bancárias	(5.209,94)	(5.920,69)
(-) Juros e Mora Comerciais	(148,42)	(115,65)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(191,96)	(2.664,48)
	105.425,53	**43.334,42**

13. Custos com Pessoal Próprio	2014	2013
Remunerações	5.566.536,79	6.094.002,39
Benefícios	226.141,70	200.693,73
Encargos Sociais	545.228,97	668.940,65
	6.637.914,72	**7.093.902,77**

14. Custos com Serviços Terceirizados	2014	2013
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	11.257.216,70	9.212.076,74
Serviços Prestados por Pessoas Físicas		961,62
	11.257.216,70	**9.213.038,38**

15. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2014	2013
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.313.506,67	628.654,10
Materiais de Consumo	773.058,85	697.984,40
Materiais de Conservação e Reparos	71.797,84	84.803,96
Outros Materiais e Insumos	24.365,60	181.674,12
	2.182.728,96	**1.593.116,58**

16. Despesas Gerais	2014	2013
Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica)	439.178,21	365.743,06
Aluguéis (Veículos,Equipamentos e Aparelhos)	98.318,07	91.199,74
Administrativas	5.292,05	3.606,69
Publicidade	470,00	3.472,00
Eventos	375,74	
Bens não Imobilizados		3.389,00
Outras Despesas Gerais	4.317,13	1.915,19
	548.949,20	**469.325,68**

17. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: a entidade vem cumprindo os requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como principal preponderância a área de Saúde, a Entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são compostos pelas demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente e pelo parecer do Conselho Fiscal, acompanhado do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para a manutenção dos benefícios de imunidade tributários pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com esses entes federados. **18. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** O CEJAM possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) sob o número 25000.115000/2010-25/MS, com validade até 29 de outubro de 2010 e que atualmente encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde junto ao Ministério da Saúde. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM recebeu do Ministério da Saúde o ofício Nº 1092/2011/CGCER/CEBAS/SAS/MS informando que deste requerimento que a documentação apresentada pela Entidade não atendia a exigência estabelecida na área de assistência social e portanto seu pedido de renovação do CEBAS deverá ser indeferido junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 19 de fevereiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde o processo administrativo solicitando o reconhecimento da imunidade tributária, com preponderante enquadrada na área de assistência social e que fosse reconsiderado o indeferimento do requerimento de renovação do CEBAS, referendo o seu pedido de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado.

Relatório dos Auditores Independentes

Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM Arujá - SP. Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis:** A administração do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que as provas de auditoria obtidas são suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as Demonstrações Contábeis** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela date, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais. Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. São Paulo, 20 de Fevereiro de 2015.

Ernando Ribeiro Gouvêa - Superintendente

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP201303/O-3

Fernando Fiorese de Gouvêa - Superintendente

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP201303/O-3

Auditores Independentes

Sérgio Bugelli Sotto - Sócio - Diretor - CT CRC 1SP216187/O-8,

São Paulo, 31 de dezembro de 2014.